

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.938 - RJ (2019/0301670-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : TIAGO MARTINS MONT MOR (PRESO)
ADVOGADOS : RICARDO DOS SANTOS COSTA - RJ184429
MATHEUS LARANJA ABREU AVILA - RJ208358
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por TIAGO MARTINS MONT MOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (*Habeas Corpus* n. 0046088-33.2019.8.19.0000, de relatoria da Desembargadora Katya Maria Monnerat).

Os autos dão conta de que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 129, *caput*, e 344, ambos do Código Penal, isso porque, "*no dia 09 de julho último o paciente, que é irmão de Gabriel Martins Mont Mor preso em flagrante na véspera nos autos do APF nº 107-00844/2019, procurou a referida testemunha, ora vítima, na residência desta sob o pretexto de que levariam seu depoimento para um advogado analisar, no entanto, narra a denúncia, que no caminho, já dentro do carro do ora paciente, este se armou de um porrete e agrediu a testemunha, ora vítima. Segue narrando a denúncia que o agressor ainda ameaçou a vítima dizendo que pegaria uma arma no porta-malas e lhe daria um tiro na cabeça. Neste momento, a vítima conseguiu se desvencilhar do agressor e fugiu, sendo mais a frente socorrido pela polícia militar*" (e-STJ fl. 19).

Durante a audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva e, posteriormente, o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Paraíba do Sul/RJ indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva e determinou a instauração de incidente de insanidade mental.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 31):

Habeas Corpus. Artigos 344 e 129, *caput*, na forma do artigo 70, todos do Código Penal. Prisão preventiva. Impetrante que objetiva a revogação da custódia cautelar, por suposta ausência dos requisitos autorizadores. Constrangimento ilegal não caracterizado. Medida excepcional da privação da liberdade devidamente fundamentada e justificada, presentes os requisitos ensejadores da decretação da prisão cautelar - *fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*. Condições pessoais favoráveis que não possuem o condão de, por si

Superior Tribunal de Justiça

só, garantir a liberdade. Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que não há fundamentos idôneos para justificar a sua decretação/manutenção, bem como aponta a possibilidade de que sejam estabelecidas medidas cautelares diversas da prisão.

Salienta que "*o Requerente jamais teve participação em qualquer tipo de delito, visto que é PRIMÁRIO; possui BONS ATENCEDENTES, sendo que sempre foi pessoa honesta e voltada para o trabalho; também possui PROFISSÃO E RESIDENCIA DEFINIDA*" (e-STJ fl. 58).

Assevera que "*o réu é paciente psiquiátrico, EM TRATAMENTO, na rede SUS Municipal. Extrai-se dos laudos apresentados, em especial pelo prontuário do réu, apresenta o mesmo ansiedade, insônia e agitação. Ademais, constata-se que é relatado que o mesmo 'escuta vozes, gente chamando', fazendo inclusive uso de medicamento de forma contínua, conforme receituário também já apresentado. Constata-se também que conforme laudo médico apresentado, o réu está em tratamento psiquiátrico com distúrbio cognitivo devido a sua dificuldade na aprendizagem, e que já esteve em tratamento neurológico com eletroencefalograma alterado por conta de perda de massa encefálica em 2004. Por tais comprovações, verifica-se o desenvolvimento mental incompleto/retardado do réu, aplicando-se desta forma a imputabilidade prevista no art. 26 do Código Penal, com consequente impossibilidade de verificação do caráter ilícito de sua conduta, assim como de determinar-se de acordo com tal entendimento*" (e-STJ fls. 60/61).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, seja concedida "*a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA do paciente, mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, com a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor do paciente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos do processo-crime*" (e-STJ fl. 69).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Superior Tribunal de Justiça

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, reclamando, inclusive o envio de cópia da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva e daquela que negou o pedido de sua revogação, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator